REQUERIMENTO INFORMAÇÕES Nº, DE 2007 (Do Sr. Deputado MANATO)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, PATRUS ANANIAS DE SOUSA, informações sobre a eficácia dos métodos utilizados para fiscalizar o Programa Bolsa Família.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exª que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro **PATRUS ANANIAS DE SOUSA** o seguinte pedido de informações:

Dados divulgados pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome revelam a precariedade do controle do governo em relação às condicionalidades impostas aos beneficiados do programa Bolsa Família. Sabemos que o Ministério libera o dinheiro do benefício ao Município mesmo sem receber informações sobre a freqüência escolar e a saúde dos beneficiados. Estima-se que o Ministério ignora se cerca de 5 milhões de crianças de fato vão às aulas, o que equivale a quase 30% dos alunos inclusos no programa. Em relação à saúde o descontrole é ainda maior, estima-se que não há informações sobre 66,6% das famílias. Só no Espírito-Santo, 22 dos 78 Municípios capixabas não enviaram nenhum tipo de informação sobre a saúde das famílias beneficiadas pelo

referido programa. Devido à gravidade das denúncias levantadas pela imprensa nacional, solicito informações para as questões abaixo:

1. como é, de fato, feita a fiscalização e o acompanhamento do benefício pelo Ministério?

2. reconhecida a dificuldade em controlar as condicionalidades impostas pelo programa, como o Governo pretende corrigir o problema?

3. que tipo de punição é aplicada a uma prefeitura que não repassa as informações sobre as famílias beneficiadas?

4. por que as prefeituras que não estão repassando as informações não estão sendo punidas?

5. alguma prefeitura já foi punida? Caso sim, quais foram punidas, que punições foram aplicadas e qual a situação atual dessas prefeituras?

6. quais meios estão sendo utilizados para facilitar o diálogo e incentivar as prefeituras a repassar as informações necessárias?

Sala das Sessões, de março de 2007.

Deputado MANATO
PDT/ES